



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Área Administrativa



Prova Cargo C03, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2004

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Leis para indigentes morais

Acaba de chegar a Massachussets um grupo de adolescentes sudaneses que viajaram diretamente da Idade da Pedra, ou quase, para a América do século XXI. São cinco mil refugiados, que estão sendo distribuídos pelos EUA. Para muitos, a viagem de avião é a primeira experiência em um transporte motorizado.

Qual será o maior estranhamento para esses jovens? A neve e a calefação? Os celulares? A Internet? (...)

O susto virá da quantidade de leis formais detalhadas e explícitas que regram a vida americana, enquanto a vida da tribo era regada por poucas normas quase sempre implícitas – ou seja, pela confiança de todos numa moral comum tácita.

Nossas leis tornam-se cada vez mais detalhadas, pois há a idéia de que um código exaustivo garantiria o funcionamento de uma comunidade justa. De fato, essa proliferação revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais. Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística da qual esperamos que diga exatamente o que fazer em cada circunstância. O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência.

A tentativa de animar uma comunidade por uma lengalenga de leis testemunha a fraqueza do vínculo social. Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras para ter, ao menos, muitas obrigações comuns.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. S. Paulo: **Publi-folha**, 2004, pp. 66/68)

1. Ao referir-se à migração de um contingente de jovens sudaneses para os EUA, o autor formula a hipótese de que deverá haver um choque cultural, provocado pela

- (A) precariedade do estágio técnico em que ainda se encontra a sociedade do Sudão.
- (B) dificuldade que têm os brancos americanos de conviverem com outras etnias.
- (C) excessiva informalidade do sistema jurídico norte-americano.
- (D) exagerada minuciosidade das normas jurídicas vigentes nos EUA.
- (E) fragilidade das regras que estão implícitas na vida social dos sudaneses.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Não existiria a “indigência moral”, a que especificamente se refere o autor do texto, se houvesse a confiança dos cidadãos em princípios morais que fossem compartilhados.
- II. Nas sociedades ditas “primitivas”, como a sudanesa, há uma grande insegurança dos seus componentes quanto às normas e valores que devem reger a vida social.
- III. O autor considera que a proliferação de leis, tal como ocorre nos EUA, equivale a uma compilação casuística de normas, na qual se busca prever todas as circunstâncias.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) III, somente.

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo do texto que

- (A) quanto mais detalhista e previdente se mostra um sistema jurídico, tanto mais fortes são os vínculos sociais.
- (B) a especificação das obrigações que temos uns com os outros não é inspirada por uma moral que efetivamente compartilhamos.
- (C) a fraqueza dos vínculos sociais é uma consequência direta do excesso de generalização das normas jurídicas.
- (D) os vínculos sociais, quando são fortes, dispensam os valores do que se costuma chamar uma *inspiração moral compartilhada*.
- (E) a expressão *lengalenga de leis* aplica-se aos casos em que as normas jurídicas pecam pelo excesso de generalização e pela imprevidência.

4. No contexto da frase *O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência*, os termos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de

- (A) assumido - indicado - pobreza.
- (B) chamado - acusado - penúria.
- (C) propalado - investivado - insolvência.
- (D) suposto - injuriado - precariedade.
- (E) confessado - exposto - impropriedade.

5. *Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística (...).*

Está INCOERENTE com o texto a reconstrução da frase acima em:

- (A) A compilação de uma casuística vai de encontro à nossa indigência moral.
- (B) Compilamos uma casuística em virtude de nossa indigência moral.
- (C) É o fato de sermos uns indigentes morais que nos leva a compilar uma casuística.
- (D) A razão de compilarmos uma casuística está no fato de sermos indigentes morais.
- (E) A compilação de uma casuística decorre diretamente de nossa indigência moral.

<p>6. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas apenas na frase:</p> <p>(A) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.</p> <p>(B) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.</p> <p>(C) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.</p> <p>(D) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.</p> <p>(E) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.</p>	<p>10. Quanto à ortografia, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Não terão sido <i>expatriados</i> esses cinco mil jovens sudaneses? Por vezes, a palavra <i>refugiados</i> é utilizada de maneira meio eufêmica.</p> <p>(B) Países do primeiro mundo acabam catalizando migrações em massa. Do ponto de vista da população local, essas levas de migrantes quase nunca são bem-vindas.</p> <p>(C) Nós não nos insurjimos contra esse despropositado aparato de leis porque não temos quaisquer convicções quanto aos nossos fundamentos morais.</p> <p>(D) <i>A lengalenga de leis</i>, em que se vão transformando nossos códigos, opõe-se à concisão das normas que vigem de modo implícito na sociedade sudanesa.</p> <p>(E) O autor do texto deplora nossos códigos casuísticos. Ele manifesta clara preferência pela primasia dos valores morais comuns, e não das obrigações regulamentadas.</p>
<p>7. Indica-se uma alteração da voz verbal do segmento sublinhado em:</p> <p>(A) Cinco mil refugiados <u>estão sendo distribuídos</u> pelos EUA = foram distribuídos.</p> <p>(B) Qual <u>será</u> o maior estranhamento para esses jovens? = terá sido.</p> <p>(C) O susto <u>virá</u> da quantidade de leis formais = deverá vir.</p> <p>(D) A vida da tribo <u>era regradada</u> = regravava-se.</p> <p>(E) É por isso que <u>inventamos</u> tantas regras = são inventadas.</p>	<p>11. Todas as formas verbais estão adequadamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Os jovens que proviram do Sudão assustar-se-ão com a quantidade de casuísmos a que deverão se submeter em sua nova experiência de vida.</p> <p>(B) Por vezes, uma comparação da nossa cultura com a de outros povos restitue-nos o desejo de uma sociedade em que nada obstrui o caminho natural da justiça.</p> <p>(C) Se viajar de avião já constitui, para essa leva de jovens, uma experiência assombrosa, imagine-se o assombro deles quando haverem de entrar em contato com nossas leis.</p> <p>(D) Em suas tribos, os jovens sudaneses entretiam-se com as práticas da vida concreta, sem a preocupação de atentarem para intermináveis códigos de leis casuísticas.</p> <p>(E) Deveríamos agir segundo valores com os quais reouvéssemos o sentido do que é social, e não sob a pressão de códigos que advieram de uma progressiva indigência moral.</p>
<p>8. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.</p> <p>(B) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.</p> <p>(C) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.</p> <p>(D) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.</p> <p>(E) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.</p>	<p>12. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.</p> <p>(B) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.</p> <p>(C) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.</p> <p>(D) A angústia a que submeteremos esses jovens deve-se-á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.</p> <p>(E) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.</p>
<p>9. <i>Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.</i></p> <p>Caso se substitua, na frase acima, o termo <i>insegura</i> por</p> <p>(A) <i>insatisfeita</i>, deve seguir-se a expressão <i>às suas opções morais</i>.</p> <p>(B) <i>desorientada</i>, deve seguir-se a expressão <i>quanto a suas opções morais</i>.</p> <p>(C) <i>desatenta</i>, deve seguir-se a expressão <i>por suas opções morais</i>.</p> <p>(D) <i>carente</i>, deve seguir-se a expressão <i>de cujas opções morais</i>.</p> <p>(E) <i>desprovida</i>, deve seguir-se a expressão <i>mediante suas opções morais</i>.</p>	

<p>13. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. Se sempre há quem julgue, a maior especificação dos códigos uma garantia de maior justiça, há também quem a ache ao contrário, um retrocesso, um caso de indignância moral.</p> <p>II. Acima de toda casuística, deve-se buscar um plano de valores comungáveis e autênticos, capazes de promover uma conduta social naturalmente justa, em vez de se prescrever um rosário sem fim de obrigações pessoais.</p> <p>III. Séculos atrás, Montaigne, num de seus ensaios, já narrava a perplexidade de alguns índios americanos, quando postos em contato com os sofisticados e artificiais procedimentos da aristocracia francesa.</p> <p>Quanto à pontuação, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II, III. (B) I e II, somente. (C) I e III, somente. (D) II e III, somente. (E) II, somente.</p>	<p>17. <i>Nos próximos dias estaremos enviando-lhe nosso catálogo e o senhor estará tomando conhecimento das nossas novas ofertas.</i></p> <p>A frase acima apresenta um vício muito presente no discurso oral em nossos dias, representado</p> <p>(A) pelo mau emprego de pronomes pessoais. (B) pela falta de critério no emprego de formas de tratamento. (C) pelo emprego equivocado do nosso léxico. (D) pelo mau emprego de tempos e modos verbais. (E) pela incorreção da regência verbal.</p>
<p>14. <i>Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras.</i></p> <p>Caso se reconstrua o período acima, começando-se por <i>Inventamos regras</i>, uma possibilidade de complementação correta, coerente com o sentido original do período, será a frase:</p> <p>(A) desde que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada. (B) pela razão de que não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada. (C) por isso não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada. (D) razão pela qual não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada. (E) ainda que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p>	<p>18. <i>Quanto melhor estiver constituído o Estado, tanto mais os negócios públicos prevalecerão sobre os particulares.</i> (Rousseau)</p> <p>Não haveria prejuízo para o sentido da frase de Rousseau caso a reconstruíssemos corretamente, como está em:</p> <p>(A) O Estado se constituirá de modo tanto mais aprimorado quanto mais os negócios públicos tiverem prevalência sobre os particulares. (B) Os negócios públicos prevalecerão sobre os privados, da mesma forma em que o Estado se vá aprimorando em sua melhor constituição. (C) Somente estará tão bem constituído o Estado quando os negócios públicos igualmente prevalecerem sobre os particulares. (D) À proporção que o Estado vá se constituindo, tanto melhor para os negócios públicos prevalecerem sobre os particulares. (E) A prevalência dos negócios públicos sobre os particulares é tanto maior quanto mais se aprimora a constituição do Estado.</p>
<p>15. Há um excesso de leis, e quando <u>há leis</u> em excesso deve-se <u>reconhecer nessas leis</u> o vício da excessiva particularização, <u>excessiva particularização que</u> só revela a fragilidade dos princípios morais.</p> <p>Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) as há - reconhecer nelas - a qual. (B) há as mesmas - reconhecê-las - a qual. (C) há elas - reconhecer-lhes - cuja. (D) as há - reconhecer a elas - cuja. (E) há estas - reconhecê-las - onde.</p>	<p>19. As razões ele deverá invocar para justificar o que fez não alcançarão qualquer ressonância membros do Conselho, votos ele depende para permanecer na empresa.</p> <p>Preenchem de modo correto as lacunas da frase acima, respectivamente, as expressões:</p> <p>(A) a que - para com os - de cujos (B) de que - junto aos - cujos os (C) que - diante dos - de quem os (D) às quais - em vista dos - em cujos (E) que - junto aos - de cujos</p>
<p>16. Fluência em línguas não eliminará mais candidato a diplomata</p> <p>Na manchete acima, o jornalista desejou informar que a prova de fluência em línguas não mais seria eliminatória, mas o que de fato a manchete está afirmando é:</p> <p>(A) Todo candidato a diplomata que não for fluente em línguas deverá ser eliminado. (B) Mais nenhum candidato a diplomata será eliminado, ainda que não seja fluente em línguas. (C) O candidato a diplomata que for fluente em línguas não mais será eliminado. (D) A falta de fluência em línguas eliminará ainda mais candidatos a diplomata. (E) A fluência em línguas deixará de eliminar a maioria dos candidatos a diplomata.</p>	<p>20. Em razão do desrespeito às normas de concordância verbal, é preciso corrigir a seguinte frase:</p> <p>(A) Ainda que não continue a cometê-lo de modo tão regular, como costumava ocorrer, vêm-no prejudicando esses seus destemperos. (B) Se houverem de ser consideradas as desculpas desse faltoso, por que não relevar as dos demais? (C) Apesar de todas as manobras com que tumultuara a sessão, não logrou o grupo oposicionista alcançar os adiamentos que tanto lhe interessavam. (D) Quando já não existir, entre mim e você, mais do que uns instantes de simpatia, não haverá por que continuarmos juntos. (E) Cada um daqueles colegas que de fato demonstraram afeto por mim receberá este livrinho, em que se reavivam as nossas melhores recordações.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Depois de ingressar nos quadros do executivo federal mediante concurso público, o servidor em estágio probatório foi dispensado por não convir à Administração a sua permanência, após ter sido apurado, em avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade, assegurada a ampla defesa, que realizou atos incompatíveis com a função do cargo em que se encontrava investido. Referida dispensa está embasada, precipuamente, no
- (A) elemento da impessoalidade.
 (B) requisito da publicidade.
 (C) princípio da eficiência.
 (D) princípio da imperatividade.
 (E) requisito de presunção de veracidade.
22. No dia 13 de agosto de 2004, por meio de Alvará, a Administração Pública concedeu autorização a Elisabete para utilizar privativamente determinado bem público. No dia seguinte, revogou referido ato administrativo, alegando, para tanto, a necessidade de utilização pública do bem. Posteriormente, no dia 15 de agosto do mesmo ano, sem que a Administração tenha dado qualquer destinação ao bem em questão, autorizou Marcos Sobrinho a utilizá-lo privativamente. Referida atitude comprovou que os pressupostos fáticos da revogação eram inexistentes. Diante do fato narrado, Elisabete
- (A) terá que acatar a decisão da Administração Pública, já que a autorização é ato unilateral, vinculado e precário.
 (B) nada poderá fazer, uma vez que a autorização é ato administrativo bilateral, discricionário e precário.
 (C) somente poderá pleitear indenização, em ação judicial, pelos prejuízos porventura suportados.
 (D) poderá pleitear a invalidação da revogação, em virtude da teoria dos motivos determinantes.
 (E) poderá requerer, junto à Administração Pública, a invalidação da revogação, em razão do instituto da "Verdade Sabida".
23. Objetivando a aquisição de determinados bens móveis, o executivo municipal da cidade de Monte Angelino abriu processo licitatório. Nenhum interessado apresentou-se para participar do certame. Analisando o ocorrido, o prefeito constatou que a realização de nova licitação seria prejudicial ao município, em face dos novos e elevados gastos. Em virtude dos fatos narrados,
- (A) a licitação será dispensada em virtude da inviabilidade de competição, podendo os bens móveis serem adquiridos diretamente mediante autorização legislativa.
 (B) o objeto da licitação deserta poderá ser contratado diretamente, desde que justificada a impossibilidade de nova licitação, mantidas todas as condições constantes do instrumento convocatório.
 (C) restará inexigível a licitação, desde que demonstrada a inviabilidade de competição e a aquisição dos bens móveis ainda seja necessária.
 (D) o objeto da licitação fracassada somente poderá ser adquirido no exercício financeiro seguinte.
 (E) a licitação deverá ser suspensa até que o município reúna os recursos necessários para a sua continuação.
24. A autarquia federal celebrou contrato administrativo com a empresa Y, após regular processo licitatório, objetivando a aquisição de um gerador de energia, cujo rotor e enrolamentos eram fabricados no exterior. Ocorre que, quando da importação de referidos componentes pela empresa Y, o governo federal elevou substancialmente o imposto de importação, o que afetou o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado. Tal fato deu causa a uma álea administrativa extraordinária e extracontratual, intolerável e impeditiva da execução do ajuste, que culminou com a revisão contratual. A situação narrada corresponde à causa justificadora da inexecução do contrato denominada
- (A) força maior.
 (B) fato da administração.
 (C) interferências imprevistas.
 (D) caso fortuito.
 (E) fato do príncipe.
25. Empresa pública federal abriu licitação com a finalidade de aquisição de refrigeradores, para a qual diversos licitantes previamente cadastrados apresentaram suas propostas. A empresa DD Comércio e Representações Ltda. apresentou a documentação exigida para seu cadastramento no quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, além de ter ofertado o objeto da licitação pelo montante de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais). Por ser de menor preço o tipo da licitação, essa foi a proposta vencedora. Na presente situação, a modalidade de licitação utilizada pela empresa pública federal denomina-se
- (A) tomada de preços.
 (B) convite.
 (C) concurso.
 (D) concorrência.
 (E) leilão.
26. Para a realização de uma tradicional festa de rua, o poder público municipal da cidade de Vento Forte expediu, no interesse privado do utente, ato administrativo unilateral, discricionário e precário, que facultou a interdição de uma via pública, pelo prazo de 2 (dois) dias, para abrigar o evento. O instituto que possibilitou o uso do bem público denomina-se
- (A) concessão de uso.
 (B) autorização de uso.
 (C) permissão de uso.
 (D) cessão de uso.
 (E) concessão de direito real de uso.
27. O órgão da prefeitura responsável pela fiscalização de bares e restaurantes verificou, em visita de rotina, que um estabelecimento estava servindo a seus clientes alimentos com data de validade expirada. Tendo em vista tal fato, confiscou imediatamente referidos produtos e os incinerou. O atributo do ato administrativo que possibilitou a apreensão dos gêneros alimentícios em questão pela Administração Pública, sem a necessidade de intervenção judicial, denomina-se
- (A) legalidade.
 (B) eficiência.
 (C) imperatividade.
 (D) auto-executoriedade.
 (E) presunção de veracidade.

<p>28. Servidor público federal, objetivando impugnar determinada decisão administrativa, apresentou recurso regulado pela Lei nº 9.784/99. Em virtude desse fato, considere as proposições abaixo:</p> <p>I. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>II. O recurso interposto fora do prazo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa.</p> <p>III. O prazo para interposição de recurso, salvo disposição legal específica, é de 15 (quinze) dias.</p> <p>IV. O recurso sempre suspende os efeitos da decisão impugnada.</p> <p>É correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>	<p>32. Em relação ao processo administrativo disciplinar regulado pela Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que</p> <p>(A) apenas o cônjuge do indiciado não poderá participar da comissão de inquérito. (B) o julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo. (C) o processo disciplinar é considerado instaurado com a publicação do ato de constituição da comissão de inquérito. (D) a revisão do processo poderá resultar no agravamento da penalidade. (E) a comissão tem prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para concluir o processo disciplinar.</p>
<p>29. Após regular processo disciplinar, Aristóteles Mendes, servidor estável, foi demitido do cargo de técnico administrativo, que passou, então, a ser ocupado por Hércules Júnior, também detentor de estabilidade. Posteriormente, decisão administrativa invalidou a penalidade de demissão acima mencionada. Em virtude desse fato, Aristóteles foi reinvestido no cargo de técnico administrativo e Hércules retornou ao cargo anterior. Essas duas formas de provimento descritas correspondem, respectivamente, à</p> <p>(A) recondução e à reversão. (B) readaptação e à recondução. (C) reversão e à reintegração. (D) reintegração e à readaptação. (E) reintegração e à recondução.</p>	<p>33. A Administração Pública expediu ato administrativo que prejudicou legítimo interesse de servidor público. Inconformado, este peticionou à autoridade responsável por referido ato, requerendo sua modificação, oportunidade em que apresentou novos argumentos. O meio de controle administrativo em questão denomina-se</p> <p>(A) recurso hierárquico impróprio. (B) pedido de reconsideração. (C) revisão administrativa. (D) recurso hierárquico próprio. (E) reclamação administrativa.</p>
<p>30. Servidor público de autarquia federal foi investido no cargo de vereador da cidade de Vento Forte. Como a Câmara Municipal se reúne apenas 2 (duas) vezes por semana, no período da noite, o servidor passou a exercer ambos os cargos, uma vez que havia compatibilidade de horários. Em virtude desse fato,</p> <p>(A) apenas receberá as vantagens do cargo eletivo. (B) terá que optar por uma das duas remunerações. (C) perceberá as vantagens correspondentes aos dois cargos. (D) somente receberá as vantagens inerentes ao cargo ocupado na autarquia. (E) perceberá 50% (cinquenta por cento) de cada remuneração.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>34. Em matéria de direitos sociais, é certo que são considerados como dimensão protetora do trabalhador os dispositivos constitucionais que garantem, especialmente, a isonomia e a não discriminação, e dentre eles,</p> <p>(A) o seguro contra acidentes, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, desde que incorra em dolo. (B) a assistência gratuita aos filhos dos trabalhadores, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas. (C) a duração do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário. (D) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos. (E) a participação do trabalhador nos lucros vinculada à remuneração, e sempre garantida sua participação na gestão da empresa.</p>
<p>31. Aristóteles Júnior teve reconhecido determinado direito com base em interpretação de certa norma administrativa, adotada em caráter uniforme para toda a Administração. Posteriormente, visando melhor atendimento de sua finalidade, o Poder Público modificou referida interpretação, em caráter normativo, de forma retroativa, afetando a situação de Aristóteles, que já se encontrava consolidada na vigência da anterior orientação. A situação narrada afrontou o princípio denominado</p> <p>(A) eficiência. (B) impessoalidade. (C) publicidade. (D) razoabilidade. (E) segurança jurídica.</p>	<p>35. Considere:</p> <p>I. Narciso, filho de Pégaso e Neméia, ambos brasileiros, nasceu na Argentina, ocasião em que Pégaso prestava, nesse País, serviços oficiais para o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.</p> <p>II. Apolo, filho de Adonis e Pandora, ambos espanhóis, nasceu na Espanha, mas está residindo na República Federativa do Brasil, há mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal. Apolo requereu e obteve a nacionalidade brasileira.</p> <p>Nesses casos, Narciso e Apolo são considerados,</p> <p>(A) ambos brasileiros naturalizados. (B) brasileiro nato e brasileiro naturalizado, respectivamente. (C) ambos brasileiros natos. (D) argentino-brasileiro e brasileiro nato, respectivamente. (E) brasileiro naturalizado e hispano-brasileiro, respectivamente.</p>

<p>36. Perseu, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, vinha cometendo sucessivas faltas disciplinares no exercício de seu cargo. Entretanto, a Comissão Interna Processante não conseguia obter prova concreta de sua responsabilidade administrativa. Diante disso, Orfeu, como Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, determinou a violação do sigilo das comunicações telefônicas de Perseu. Nesse caso, essa interceptação telefônica</p> <p>(A) é ilegal, porque a determinação judicial foi dada por autoridade incompetente para o processo administrativo.</p> <p>(B) é regular, porque determinada pela autoridade máxima do Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(C) viola os princípios constitucionais, e a prova daí resultante estará contaminada pela ilicitude.</p> <p>(D) apresenta-se como irregular, por ser ordem de natureza judicial, não contaminando a prova decorrente.</p> <p>(E) é sempre cabível, visto que prevalece o interesse público e da Administração sobre a conduta do servidor.</p>	<p>39. Hefesto é professor de “Graias”, escola pública, desenvolvendo sua jornada de trabalho em período diurno, sendo que no período noturno vem exercendo o cargo de assessor técnico-pedagógico em “Atena”, fundação controlada pelo Poder Público, cuja finalidade é educação e cultura. Nesse caso, é certo que Hefesto</p> <p>(A) enquadra-se na proibição absoluta de acumular, aplicável aos professores e outros profissionais liberais.</p> <p>(B) não pode acumular os dois cargos públicos, em face da vedação constitucional.</p> <p>(C) pode acumular os dois cargos públicos, desde que opte pela remuneração de um deles.</p> <p>(D) não pode acumular os dois cargos públicos, visto que são de natureza diversa.</p> <p>(E) pode acumular, de forma remunerada, os dois cargos públicos, em razão de sua licitude.</p>
<p>37. Artemis, Hermes e Ares, pretendem constituir uma associação que será denominada “Panacéia”, cujos fins se demonstram como de natureza lícita, ficando o primeiro como Presidente, o segundo como Vice-Presidente e o terceiro como Diretor Administrativo-Financeiro da entidade. Nesse caso, é correto que</p> <p>(A) os sócios têm plena liberdade de associar-se, porque os fins são lícitos, ainda que a associação seja de caráter paramilitar.</p> <p>(B) a “Panacéia” poderá ser dissolvida compulsoriamente por simples decisão judicial.</p> <p>(C) Artemis e Hermes, pela natureza de suas atribuições, poderão ser compelidos a permanecer associados.</p> <p>(D) a criação da “Panacéia” independe de autorização ou de qualquer ato discricionário do Poder Público.</p> <p>(E) a “Panacéia”, como qualquer associação, terá legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente.</p>	<p>40. “Quiron” é uma sociedade de economia mista federal, tendo por objeto a pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios nucleares e seus derivados. Essa empresa pretende criar “Hypnos”, como sua subsidiária, para, posteriormente, ambas participarem da “Nyx”, empresa privada. Nesses casos,</p> <p>(A) a instituição da “Hypnos” e a participação de “Quiron” na “Nyx” dependem exclusivamente da autorização do Presidente da República.</p> <p>(B) a criação de “Hypnos” e a participação de ambas na “Nyx” dependem de autorização legislativa.</p> <p>(C) será necessária a autorização legislativa apenas para a criação da “Hypnos”, sendo que a participação na “Nyx” depende do Presidente da República.</p> <p>(D) será necessária a autorização legislativa somente para a participação das paraestatais na “Nyx”, sendo que a criação de “Hypnos” depende do Poder Executivo.</p> <p>(E) “Quiron”, na condição de empresa controladora, e já criada por lei, é a competente para autorizar a criação da “Hypnos” e a participação de ambas na “Nyx”.</p>
<p>38. Tendo em vista as competências legislativas da União, observa-se que NÃO é considerada de sua competência privativa, dentre outras, legislar sobre</p> <p>(A) diretrizes e bases da educação e sistema viário local.</p> <p>(B) sistema de medidas, títulos e garantias dos metais.</p> <p>(C) propaganda comercial e metalurgia.</p> <p>(D) trânsito, transportes e sistema de consórcios.</p> <p>(E) comércio interestadual e cidadania.</p>	<p>41. No que diz respeito à forma, o controle orçamentário poderá se dar, também, segundo a natureza dos fatos controlados, assim como, conforme o momento de seu exercício. Diante disso, considere:</p> <p>I. O controle patrimonial é aquele que se faz, especificamente, sobre as receitas e despesas.</p> <p>II. O controle é exercido <i>a priori</i>, concomitantemente e <i>a posteriori</i>.</p> <p>III. O controle operacional envolve o controle de resultados.</p> <p>IV. O controle só pode ser feito <i>a posteriori</i>, tendo em vista a realização da receita e da despesa.</p> <p>É correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>

42. Polifemo, no exercício de seu mandato de Deputado Federal, propôs projeto de lei ordinária, em matéria de sua competência. Referido projeto encontra-se em fase de votação. Dentre outras situações, Polifemo deve observar que esse projeto de lei
- (A) poderá ser aprovado por decurso de prazo, por não haver mecanismos que obriguem sua apreciação pela Câmara dos Deputados e diante do excessivo número de projetos.
 - (B) estará, tecnicamente, sujeito à sanção ou ao veto pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que podem ser parciais ou totais, mas sempre fundamentados.
 - (C) terá a necessidade de ser aprovado pelo voto favorável da maioria simples dos deputados federais, em sessão instalada com a presença da maioria absoluta dessa Câmara dos Deputados.
 - (D) não poderá tramitar sem fixação de prazo, mas só o Presidente da Câmara dos Deputados é que poderá solicitar urgência na apreciação de qualquer projeto de lei.
 - (E) deverá ser promulgado pelo Congresso Nacional, que é a Casa de Leis competente para prover os atos legislativos dessa natureza.

43. Herácles foi eleito Vice-Presidente da República Federativa do Brasil. Diante disso, é certo que Herácles, dentre outras situações, e nessa qualidade,
- (A) convocará, sucessivamente, o Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para assumir a Presidência da República.
 - (B) deverá substituir o Presidente da República no caso de vaga e convocar novas eleições.
 - (C) tomará posse em sessão solene do Senado Federal e será diplomado pelo Presidente da República.
 - (D) auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele for convocado para missões especiais.
 - (E) terá a missão específica de suceder o Presidente da República nos casos de impedimento eventual ou temporário.

44. Com relação aos Tribunais e Juízes do Trabalho, é certo que
- (A) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 17 Ministros togados e vitalícios nomeados pelo Congresso Nacional após aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - (B) são órgãos da Justiça do Trabalho somente o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
 - (C) os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos por juízes nomeados pelo Senado Federal após a aprovação da Câmara dos Deputados.
 - (D) a jurisdição será exercida, nas Varas do Trabalho, por um juiz singular e por dois juízes classistas vitalícios, representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente.
 - (E) não se poderá atribuir sua jurisdição aos juízes de direito nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho.

45. A respeito do Ministério Público, é correto afirmar que a
- (A) destituição do Procurador-Geral da República deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
 - (B) nomeação do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República depende de prévia aprovação de seu nome pela Câmara dos Deputados.
 - (C) defesa dos interesses individuais indisponíveis é uma das atribuições da Instituição do Ministério Público.
 - (D) unidade e a indivisibilidade não são princípios institucionais do Ministério Público, pois suas funções são divididas entre Promotores e Procuradores de Justiça.
 - (E) garantia da vitaliciedade conferida aos membros do Ministério Público consiste na impossibilidade de perda do cargo senão por decisão administrativa, com ampla defesa.

DIREITO DO TRABALHO

46. Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho
- (A) nos locais e serviços perigosos.
 - (B) nos locais e serviços insalubres.
 - (C) em peças de teatro infantil.
 - (D) de entrega de impressos, com autorização judicial.
 - (E) em empresas circenses, em função de ginasta.

47. Na hipótese de adoção, o período de licença maternidade concedido à empregada será de
- (A) 90 (noventa) dias, se criança até 1 (um) ano de idade.
 - (B) 90 (noventa) dias, se criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade.
 - (C) 60 (sessenta) dias, se criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade.
 - (D) 60 (sessenta) dias, se criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade.
 - (E) 30 (trinta) dias, se criança a partir de 8 (oito) anos de idade.

48. As convenções coletivas e os acordos coletivos entrarão em vigor, após a data de entrega dos mesmos no órgão competente, no prazo de
- (A) 03 dias.
 - (B) 05 dias.
 - (C) 08 dias.
 - (D) 10 dias.
 - (E) 15 dias.

49. O contrato de trabalho de atividades empresariais de caráter transitório
- (A) poderá ser prorrogado por duas vezes, de forma tácita ou expressa, sob pena de novo ajuste do contrato a prazo determinado.
 - (B) não poderá ser prorrogado, sob pena de se tornar contrato a prazo indeterminado.
 - (C) admite mais de uma prorrogação como contrato a prazo determinado, desde que autorizado pelo Ministério do Trabalho.
 - (D) admite apenas uma prorrogação, sob pena de extinção pelo auditor fiscal do trabalho.
 - (E) admite apenas uma prorrogação, sob pena de se tornar contrato por prazo indeterminado.

<p>50. A relação de emprego pressupõe</p> <p>(A) o requisito da exclusividade dos serviços prestados.</p> <p>(B) impessoalidade na prestação dos serviços.</p> <p>(C) pessoalidade na prestação dos serviços.</p> <p>(D) eventualidade na prestação dos serviços.</p> <p>(E) observância da forma legal para a contratação.</p>	<p>54. A comissão de conciliação prévia, instituída no âmbito da empresa, será composta, observando-se, no mínimo,</p> <p>(A) 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, com mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.</p> <p>(B) 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, com mandato de 1 (um) ano, não permitida a recondução.</p> <p>(C) 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, sendo que seus membros serão escolhidos pelo empregador sob fiscalização do sindicato.</p> <p>(D) 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, com mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.</p> <p>(E) 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, com mandato de 1 (um) ano, não permitida a recondução.</p>
<p>51. É garantia da empregada gestante, durante a gravidez,</p> <p>(A) dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 9 (nove) consultas médicas, sem prejuízo do salário e demais direitos.</p> <p>(B) dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 6 (seis) consultas médicas, sem prejuízo do salário e demais direitos.</p> <p>(C) dispensa de 2 (duas) horas diárias, a partir da notificação da gravidez, sem prejuízo do salário.</p> <p>(D) transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, não assegurada a retomada da função anteriormente exercida, sem prejuízo do maior salário.</p> <p>(E) transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, sem prejuízo da remuneração variável de acordo com a média dos últimos 03 (três) meses de trabalho.</p>	<p>55. A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, será</p> <p>(A) apenas da empresa principal.</p> <p>(B) da empresa principal e, subsidiariamente, da subordinada.</p> <p>(C) da empresa sucessora e da empresa sucedida, subsidiariamente.</p> <p>(D) de qualquer uma das empresas, solidariamente.</p> <p>(E) de qualquer uma das empresas, subsidiariamente.</p>
<p>52. A duração normal do trabalho poderá ser prorrogada</p> <p>(A) por 2 (duas) horas diárias, mediante autorização da Delegacia Regional do Trabalho.</p> <p>(B) por 4(quatro) horas diárias, mediante acordo escrito entre empregado e empregador.</p> <p>(C) por 4 (quatro) horas diárias, mediante contrato coletivo de trabalho.</p> <p>(D) na ocorrência de necessidade imperiosa para a realização de serviços inadiáveis.</p> <p>(E) por motivo de força maior, até o limite de 10 (dez) horas diárias.</p>	<p>56. A prescrição do direito de reclamar das férias conta-se à partir do</p> <p>(A) término do período aquisitivo.</p> <p>(B) término do período concessivo.</p> <p>(C) início do período aquisitivo.</p> <p>(D) início do período concessivo.</p> <p>(E) ajuizamento da reclamação trabalhista.</p>
<p>53. A conta vinculada do FGTS poderá ser movimentada quando o trabalhador</p> <p>(A) ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; e o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.</p> <p>(B) ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; e o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta e cinco anos.</p> <p>(C) permanecer 3 (três) anos ininterruptos fora do regime do FGTS; e o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta e cinco anos.</p> <p>(D) estiver em estágio terminal, em razão de doença grave; e para pagamento das prestações de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS.</p> <p>(E) avulso tiver seu contrato suspenso por período de 60 (sessenta) dias; e para pagamento das prestações de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS.</p>	<p>57. Na ausência de disposições legais ou contratuais, são formas de integração do Direito do Trabalho:</p> <p>(A) analogia, equidade, princípios de Direito e do Direito do Trabalho.</p> <p>(B) analogia, equidade, os costumes e pareceres do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(C) analogia, equidade, jurisprudência e sentença normativa.</p> <p>(D) princípios e normas gerais de Direito, jurisprudência e sentença normativa.</p> <p>(E) princípios e normas gerais de Direito, equidade e sentença normativa.</p>

58. Os períodos de descanso corresponderão, na jornada de trabalho,
- (A) a 30 (trinta) minutos, em trabalho que não exceda 6 (seis) horas e ultrapasse 4 (quatro) horas.
 - (B) ao máximo de 02 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda 6 (seis) horas.
 - (C) ao máximo de 03 (três) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda 6 (seis) horas.
 - (D) ao máximo de 11 (onze) horas consecutivas, entre 2 (duas) jornadas de trabalho.
 - (E) ao mínimo de 11 (onze) horas consecutivas, entre 2 (duas) jornadas de trabalho.

59. Relativamente à duração do contrato de trabalho e à liberdade das partes para sua fixação, é correto afirmar que podem ser ajustados contratos a prazo
- (A) tanto determinado quanto indeterminado, apenas, de acordo com os limites mínimos de duração fixados em lei.
 - (B) determinado ou indeterminado, de acordo com a vontade coletiva livremente manifestada, de empregado e de empregador.
 - (C) determinado ou indeterminado, de acordo com a vontade individual livremente manifestada, de empregado e de empregador.
 - (D) determinado, de acordo com a vontade das partes livremente manifestada, e contratos a prazo indeterminado limitados às hipóteses expressas em lei.
 - (E) indeterminado, de acordo com a vontade das partes livremente manifestada, e contratos a prazo determinado limitados às hipóteses expressas em lei.

60. O pagamento da gratificação de natal pelo empregador aos empregados deverá ser efetivado
- (A) entre os meses de fevereiro a novembro, com antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o dia vinte de dezembro, a metade restante.
 - (B) entre os meses de fevereiro a novembro, com antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o final do mês de dezembro, a metade restante.
 - (C) entre os meses de fevereiro a novembro, a todos os empregados, de uma só vez.
 - (D) no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, obrigatoriamente.
 - (E) sempre no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, preferencialmente, podendo, a critério do empregador, ser parcelado em até duas vezes.